

# Programa Nacional do Livro Didático e sistemas privados de ensino: a atuação da Somos Educação

Luciana Sardenha Galzerano

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas/SP – Brasil

## Resumo<sup>1</sup>

Objetiva-se apresentar a atuação de grandes grupos empresariais em duas políticas nacionais referentes ao fornecimento de material didático: Programa Nacional do Livro Didático e adoção de Sistemas Privados de Ensino, no período 2010-2015. Para tanto, apresentar-se-á o caso da Somos Educação, considerada a maior empresa brasileira atuante na educação básica do país. As informações foram coletadas nos sítios eletrônicos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, da Somos Educação e da mídia de abrangência nacional. Nota-se uma tendência de privatização que expressa movimento global pelo qual o campo dos direitos sociais, garantidos por meio de políticas públicas, e em especial a educação básica, tem se convertido em campo de negócios.

**Palavras-chave:** Somos Educação. Livro Didático. PNLD. Sistema Privado de Ensino. Privatização.

## *National Textbook Program and the private education systems: Somos Educação performance*

## Abstract

It aims to introduce large business groups' performance into two Brazilian policies related to textbooks' provision: the National Textbook Program and the Private Education Systems' sales, in the period 2010-2015. In particular, it focuses on the *Somos Educação* case, the largest Brazilian group in K-12 education in the country. The information was gathered from sites of the National Fund of Education Development, Audit Office of São Paulo State, *Somos Educação* and national media. It is observed that this privatization trend expresses a global movement in which the social rights field, guaranteed by public policies – K-12 education in special –, has been transformed into a business field.

**Keywords:** *Somos Educação*. Textbooks. National Textbook Program. Private education system. Privatization.

<sup>1</sup> Este trabalho resulta de pesquisa de mestrado em andamento, desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (Greppe) e financiada pela Fapesp. Trabalho financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar a atuação de grandes grupos empresariais em duas políticas nacionais referentes ao fornecimento de material didático: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e adoção de Sistemas Privados de Ensino. Para tanto, apresentar-se-á o caso da Somos Educação<sup>2</sup>, considerada a maior empresa brasileira atuante na educação básica do país.

Parte-se do pressuposto de que essas políticas se situam num contexto mais amplo de reforma dos Estados Nacionais, em que o modelo hegemônico neoliberal redefiniu a função estatal, apresentando-se como uma alternativa para a crise do projeto de desenvolvimento capitalista do pós-guerra (HOBBSAWM, 1995; HARVEY, 2011).

Chesnais (1997, p. 14) afirma que os governos dos Estados capitalistas adotaram políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, fornecendo ao capital a liberdade para mover-se no plano internacional. O contexto atual é de mundialização do capital, isto é, de liberdade quase total para o capital desenvolver-se, valorizar-se e acumular-se.

Para Ianni (1996, p. 145), esse caráter internacional do capitalismo se efetiva na segunda metade do século XX, “[...] quando adquire todas as características de um modo de produção global”. Afirma que o capital se desenvolve e se articula de diferentes formas no processo de reprodução ampliada, no qual os movimentos de concentração e centralização têm papel fundamental. Seguindo essa linha, Chesnais (1997) assevera que o capital está mais concentrado e centralizado do que em qualquer outro período do capitalismo. A concentração é reforçada pelo movimento de centralização mediante fusões/aquisições:

A operação de aquisição/fusão surge da centralização do capital [...] ela se tornou, quase que invariavelmente, uma maneira de o capital já concentrado combater a queda da taxa de lucro absorvendo outras empresas, para juntar os mercados e eventualmente integrar algum elemento da capacidade de produção e de pesquisa tecnológica dessas últimas, mas desmantelando a sua maior parte (CHESNAIS, 1997, p. 29).

MacEwan (1999) também alerta para os mitos do neoliberalismo com relação ao livre mercado, em virtude da existência de uma concentração de grandes companhias:

O comércio internacional, no entanto, é muitas vezes dominado por um número relativamente pequeno de grandes empresas que operam de forma monopolista. A competição entre elas existe, e em alguns casos é muito intensa. Entretanto, é uma concorrência monopolista, e não simplesmente a concorrência de preços que é assumida no argumento do livre mercado. Os padrões de comércio e produção praticados por grandes empresas são determinados como parte de suas complexas estratégias globais – com resultados que não coincidem necessariamente com o modelo de concorrência de preços do argumento de livre mercado ou com interesses de longo prazo para desenvolvimento de determinado país (MACEWAN, 1999, p. 51, tradução nossa<sup>3</sup>).

<sup>2</sup> Somos Educação é a nova designação da Abril Educação. A companhia alterou seu nome após a saída do Grupo Abril do ramo educacional e a assunção de controle pela Tarpon, gestora de fundos de investimentos, em 2015 (ABRIL..., 2015b).

<sup>3</sup> Trecho original: ‘International commerce, however, is often dominated by a relatively small number of very large firms that operate in a monopolistic manner. Competition among them exists, and in some cases is very intense.

Nesse contexto, Chesnais (1999, p. 258) destaca a emergência de um “[...] regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”. Nessa direção, Harvey (2012, p. 41) afirma:

Cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, a atividade financeira pôde florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos os espaços. Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações globais bem mais sofisticadas, como também novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros (HARVEY, 2012, p. 41).

Muitos autores (FOSTER, 2007; 2009; DUMÉNIL; LÉVY, 2011; HARVEY, 2013; SHAIKH, 2011; MACEWAN; MILLER, 2011; LAPAVITSAS, 2009) têm se dedicado ao estudo da chamada “financeirização”. O debate intensificou-se após a crise de 2008. A despeito das diversas interpretações Antunes (2011, p. 9) afirma: “Muito já se escreveu sobre a crise. Crise dos *subprime*, crise especulativa, crise bancária, crise financeira, crise global, réplica da crise de 1929 etc. Floresce uma fenomenologia da crise, na qual o que se falou ontem se torna obsoleto hoje”.

A educação acompanha essas transformações econômicas, vide o alto grau de concentração e centralização dos grupos empresariais atuantes nesse âmbito e sua relação com o capital financeiro, por meio dos mercados de ações ou ainda, das fusões com grandes grupos internacionais<sup>4</sup>.

Para se ter ideia desse movimento no âmbito educacional global, a Bloomberg<sup>5</sup> publicou, em 2012, listagem com os maiores grupos empresariais com ações negociadas em bolsas de valores. Três deles são brasileiros: Kroton, Estácio e Abril/Somos Educação. Os dois primeiros são voltados para o ensino superior, a Abril/Somos se direciona a educação básica (AÇÕES..., 2013).

Pinheiro (2014, p. 39) assinala que, independentemente do país de origem (periféricos e centrais), as empresas apresentam características semelhantes:

[...] 1) possuem alta lucratividade e controlam grandes mercados; 2) fusões e aquisições fazem parte de sua estratégia de crescimento, 3) sua propriedade é representada por ações, em geral negociadas em bolsas de valores, controladas por fundos de investimentos, gestoras e bancos; 4) em sua maioria são oriundas de países de capitalismo central e exportam mercadorias, serviços e capitais para dezenas de países; 5) se associam a outras grandes empresas ao redor do mundo, 6) estabelecem a *união pessoal* entre distintas frações burguesas e destas com o Estado e 7) produzem e comercializam uma ampla gama de mercadorias e serviços.

---

It is, however, monopolistic competition, not simply the price competition that is assumed in the argument for free trade. The patterns of trade and production engaged in by very large firms are determined as part of their complex global strategies – with results that do not necessarily coincide with either the price competition model of the free trade argument or the long-run development interests of a particular country’.

<sup>4</sup> Diversos autores, em distintos contextos, discutem processos de privatização da educação. Destacamos: Destacamos Dale (1994), Belfield e Levin (2002), Ball e Youdell (2007), Robertson e Verger (2012), Klees, Samoff e Stromquist (2012).

<sup>5</sup> Bloomberg é um dos principais provedores mundiais de informação para o mercado financeiro, com terminais de informações presentes em quase 100% dos bancos, corretoras e seguradoras no mundo (PINHEIRO, 2014, p. 39).

Silva Junior e Sguissardi (2005), Sguissardi (2008) e Oliveira (2009) discutem a ocorrência de movimentos de aquisições e fusões de empresas no âmbito educacional brasileiro, sobretudo no ensino superior privado. De acordo com Oliveira, (2009, p. 743):

No início desta década [anos 2000], ao se identificar que o setor de educação superior sofreria rápida expansão, a atenção dos fundos de investimento voltou-se para essa área, ocasião em que foram constituídos os primeiros fundos de investimento exclusivamente direcionados à educação. Esses fundos têm condições de injetar altas quantias em empresas educacionais, ao mesmo tempo em que empreendem ou induzem processos de reestruturação das escolas nas quais investem, por meio da redução dos custos, da racionalização administrativa, em suma, da ‘profissionalização’ da gestão das instituições de ensino, numa perspectiva claramente empresarial.

Na educação básica, também é possível observar tais movimentos. Estudos desenvolvidos no âmbito do Greppe acompanham essa tendência (ADRIÃO, 2009a; 2011; 2012; 2015), com destaque para a venda de livros didáticos e de Sistemas<sup>6</sup> Privados de Ensino. A seguir apresentaremos ambas as políticas.

## O Programa Nacional do Livro Didático e os Sistemas Privados de Ensino

De acordo com pesquisa publicada pela *IbisWorld*<sup>7</sup>, em 2015, o mercado editorial de livros apresenta tendência de crescimento nos países “em desenvolvimento”, como é o caso do Brasil:

O mercado editorial de livros em países recém-industrializados crescerá a um ritmo rápido, particularmente na China, Índia e partes da América Latina. Nos mercados emergentes, haverá um aumento nos gastos *per capita* em livros, devido ao aumento dos níveis de renda, educação, instrução e a crescente disponibilidade de publicações digitais mais baratas. A taxa de rápido crescimento dos gastos em livros nestes mercados irá promover o incremento da indústria nessas regiões. Principalmente nessas regiões haverá estímulo às empresas para entrar na indústria global. Há expectativas de que as vendas de livros didáticos e profissionais sejam particularmente fortes nos próximos cinco anos. Os governos de muitos países estão focados na melhoria da educação e, portanto, em aumentar os gastos com livros didáticos e produtos relacionados. A expectativa é de aumento nas matrículas escolares, incluindo o ensino superior, nos países recém-industrializados, como China e Índia, resultando em maior crescimento para este segmento (IBISWORLD, 2015b, p. 8, tradução nossa<sup>8</sup>).

<sup>6</sup> O termo sistema é aqui adotado com um significado particular: para designar um ‘pacote’ de produtos e serviços, composto por material didático apostilado para alunos e de apoio para professores, assessoria pedagógica, formação continuada, procedimentos de avaliação (ADRIÃO et al., 2012, p. 538). Para mais informações, ver o verbete ‘sistema’ em Adrião e Garcia, 2010.

<sup>7</sup> IBISWorld atua desde 1971, pesquisando informações comerciais. É uma das principais editoras do mundo, especializada em pesquisa da indústria e de aquisições. Atualmente, conta com equipes de analistas nos EUA, Reino Unido e Austrália, que pesquisam dados econômicos, demográficos e de governo (IBISWORLD, 2015a).

<sup>8</sup> Trecho original: ‘Book publishing markets in newly industrialized countries will grow at a rapid rate, particularly in China, India and parts of Latin America. In emerging markets, there will be an increase in per capita spending on books due to rising levels of income, education, literacy and the increasing availability of less expensive digital publications. The fast growth rate in spending on books in these markets will promote industry growth in those regions. It is mainly these regions that will spur companies to enter the global industry. Educational and professional book sales are expected to be particularly strong during the next five years. Governments in many countries are focused on improving education and will therefore boost spending on educational books and

Em termos globais, os livros didáticos (para educação infantil, ensino fundamental e médio, e ensino superior) estão na segunda posição neste mercado, com 31%. Em primeiro lugar estão os livros de consumo (ficção e não ficção, livros ilustrados e livros de referência, como enciclopédias e atlas), com 52% (IBISWORLD, 2015b, p. 12).

O governo brasileiro é classificado como o maior comprador de livros do país devido ao grande número de didáticos adquiridos (CASSIANO, 2007, p. 2). A aquisição desses livros está atrelada ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), programa federal criado em 1985, com o Decreto nº 91.542/85 (BRASIL, 1985), e de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Seu objetivo é prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio, incluindo Educação de Jovens e Adultos, com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares (direcionados aos alunos de 1º ao 3º ano do ensino fundamental, com o objetivo de incrementar a aprendizagem no ciclo de alfabetização) e dicionários (FNDE, 2014a; 2014c).

Cassiano (2007, p. 10) atenta para o fato de que a venda de livros didáticos é “cíclica”, garantida ano a ano, já que está atrelada ao calendário escolar. Nesse sentido, os sistemas de ensino são vistos como um “mercado-alvo” pelas editoras, e o governo, um “comprador privilegiado”. O quadro a seguir (Quadro 1) apresenta o ciclo trienal de distribuição dos livros didáticos, por etapa de escolaridade:

**Quadro 1 – Distribuição de Livros Didáticos (PNLD)<sup>9</sup>**

Etapa de escolaridade	Aquisição de livros		
	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Ensino Fundamental (1º ao 5º)	Integral	Reposição Parcial	Reposição Parcial
Ensino Fundamental (6º ao 9º)	Reposição Parcial	Integral	Reposição Parcial
Ensino Médio	Reposição Parcial	Reposição Parcial	Integral

Fonte: Elaboração própria com base em FNDE (2014b).

A autora observa um movimento de formação de grandes oligopólios no mercado brasileiro de didáticos. Entre 1985 e 2007, das 64 empresas que disputavam o mercado nos primeiros anos do PNLD, somente 12 permaneceram, sendo que houve casos de incorporação das editoras menores pelas maiores (CASSIANO, 2007, p. 36). Ela afirma:

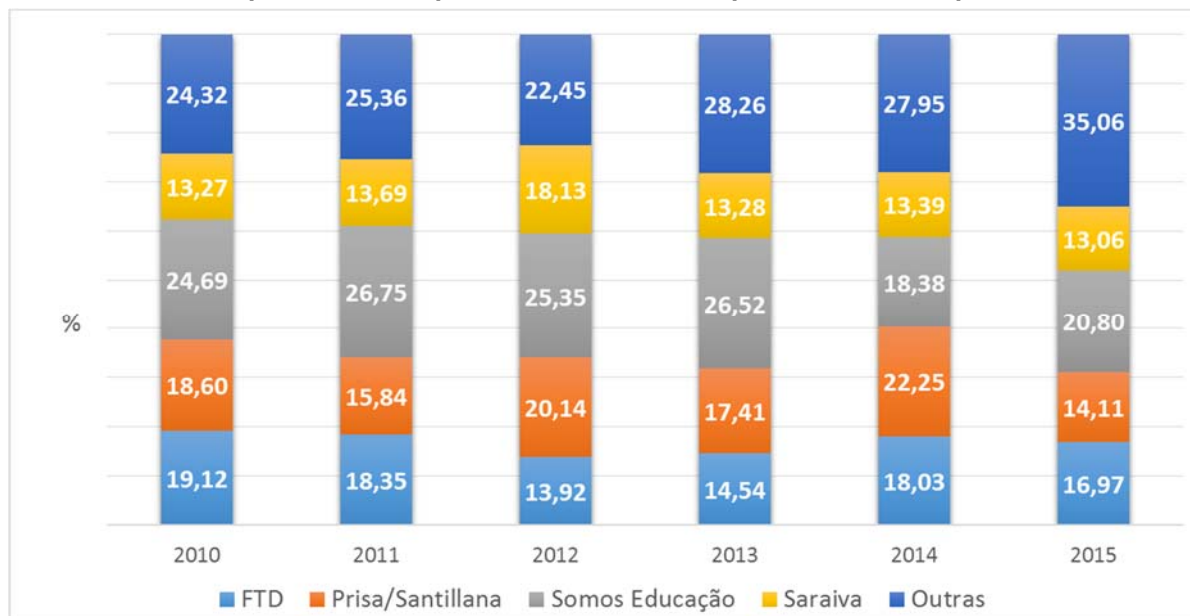
[...] vimos o oligopólio no ramo dos didáticos passar das empresas familiares eminentemente nacionais (exceção feita à FTD) para o dos grandes grupos, sendo que o capital internacional num primeiro momento, foi representado pelas empresas espanholas, que já estavam instaladas nos demais países da América Latina e do Caribe [refere-se à Santillana].

related products. An increase in school and higher education enrollment in newly industrialized countries, such as China and India, are expected to result in further growth for this segment’.

<sup>9</sup> No Ensino Fundamental são reutilizados por três anos os livros de História, Geografia, Ciências, Língua Portuguesa e Matemática, sendo repostos em caso de perdas, extravios e novas matrículas; são consumíveis os livros de Alfabetização Matemática e Alfabetização Linguística (para 1º e 2º anos) e Língua Estrangeira. No Ensino Médio são reutilizáveis, também por três anos, os de História, Geografia, Biologia, Química, Física e Língua Portuguesa, também havendo reposição; são consumíveis os de Língua Estrangeira e de Filosofia e Sociologia (FNDE, 2014b).

O Gráfico 1 permite visualizar a participação dos grupos/editoras<sup>10</sup> no PNLD no período entre 2010-2015<sup>11</sup>, por montante de recursos adquiridos:

**Gráfico 1 – Participação dos Grupos/Editoras no PNLD, por Recursos Adquiridos, 2010-2015**



Fonte: Elaboração própria, com base em FNDE (2015).

Os grupos empresariais apresentados no gráfico – exceção feita à editora FTD que pertence ao grupo Marista – possuem características semelhantes: estão associadas a empresas estrangeiras ou são companhias com capital aberto em bolsa de valores. A Santillana, pertencente ao grupo espanhol Prisa, atua no Brasil com as editoras Moderna e Richmond (GRUPO PRISA, 2014). A Somos Educação tornou-se uma companhia aberta e listada na BM&Fvespa em 2011, e, em 2015, foi vendida para a Tarpon, uma gestora de fundos de investimento, que atua no PNLD por meio das editoras Ática e Scipione (ABRIL

<sup>10</sup> Não foram considerados os grupos/editoras com participação menor do que 10%. São elas: Positivo, Escala, Editora do Brasil, Grupo IBEB, SM, Dimensão, Sarandi, Fapi, Casa Publicadora, Aymarã, Nova Geração, Cia da escola, AJS, Global, Módulo, IMEPH, Aymar Edies e Tecnologia, Escrituras, Best Book, Brinque Book, Callis, Conhecimento Editora, Cortez, Cosac & Naify, Difusão Cultural do Livro (DCL), Biruta, Editora Peirópolis, Globo, Lê, Editora Mercurio, Nova Alexandria, Ediouro, Panda Books, Record, Companhia das Letras, FBF Cultural (Editora Evoluir), Frase e Efeito Editorial, Fundação de Apoio da Universidade, Fundação Demócrito Rocha, Girassol Brasil, Lazuli, Editora Nobel, Manati, Melhoramentos, Pallas, Pia Sociedade Filhas de São Paulo (Editora Paulinas), RHJ, Roda Viva (Roda & Cia), L, Pearson, MacMillan, Piá, Lexikon, Leya, Grafset, Zapt, Esfera, A Página Distribuidora de Livros, Alis Editora, Autêntica, Berlendis & Vertecchia, Colégio Claretiano Assoc. Benef. Ed, Contexto Digital e Artes Gráficas, Edelbra Gráfica, Editora Altea, Editora de Cultura, Editora Dubolsinho, Editora Meca, Editora Miguilim, Editora Moitara, Editora Objetiva, Editora Pulo do Gato, Editora Rocco, Editora Spot 1, Editora Terra do Saber, Martins Fontes, Editorial 25, Elementar, Fino Traço, Editora Cassol, Gráfica Editora Stampapa, JPA, Lemos Editorial, Manole, Manuela Editorial, Mazza Edições, Mr Cornacchia (Papyrus), Pia Sociedade de São Paulo (Paulus), Uni Duni, Universo Livros, Vieira e Lent Casa Editorial, Editora Prumo, Editora Projeto, Sistema Educacional Família e Escola (Sefe), Folha da Manhã (PubliFolha), Noovha América, Associação Paranaense de Cultura, Cata-sonho Editora, Editora Lendo e Aprendendo, CCS, Imperial, PAX.

<sup>11</sup> No PNLD 2010 foram adquiridos materiais didáticos para EJA, Ensino Fundamental (EF) e Médio (EM) e Obras Complementares (OC). No PNLD 2011, EJA, EF, EM, OC. No PNLD 2012, EJA, EF, EM, Dicionários. No PNLD 2013, EJA, EF, EM, OC, Campo, Alfabetização na Idade Certa. No PNLD 2014, EJA, EF, EM, Campo. E, no PNLD 2015, EF, EM e Campo (FNDE, 2015).



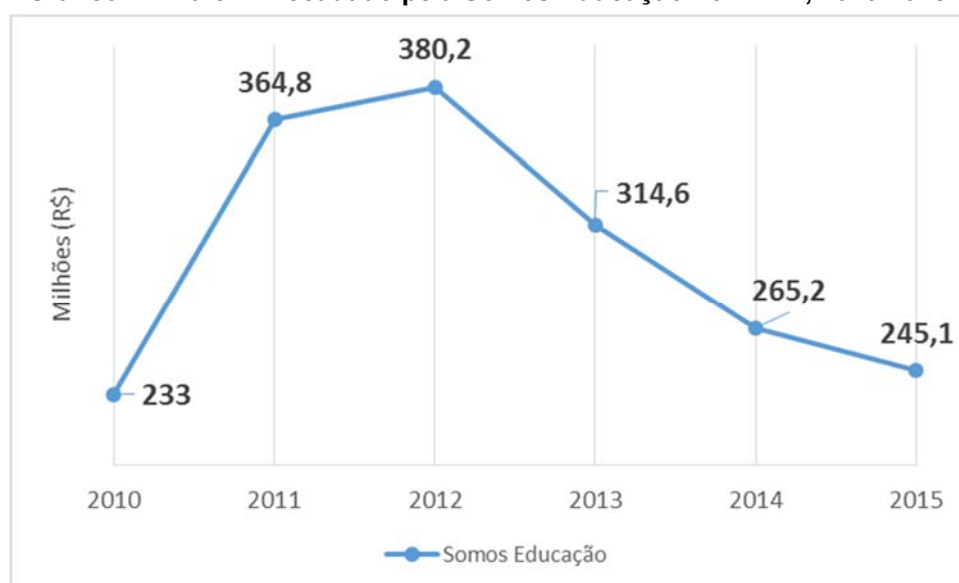
EDUCAÇÃO, 2014a; 2014b). A Saraiva lançou ações na Bovespa, em 2006 (SARAIVA, 2014).

Em 2015, a Saraiva vendeu todos seus negócios educacionais à Somos Educação (ABRIL..., 2015a). Com isso, a Somos, que já apresentava atuação significativa no programa federal, poderá aumentar sua participação.

Importante ressaltar que, nos dados estatísticos do FNDE, apareceram também: Editora Abril, Abril Educação S.A., Sistema de Ensino Abril Educação S.A., Gráfica e Editora Anglo LTDA (FNDE, 2015).

O Gráfico 2 apresenta os valores adquiridos pela companhia no PNLD no período de 2010 a 2015:

**Gráfico 2 – Valor Arrecadado pela Somos Educação no PLND, 2010-2015\***



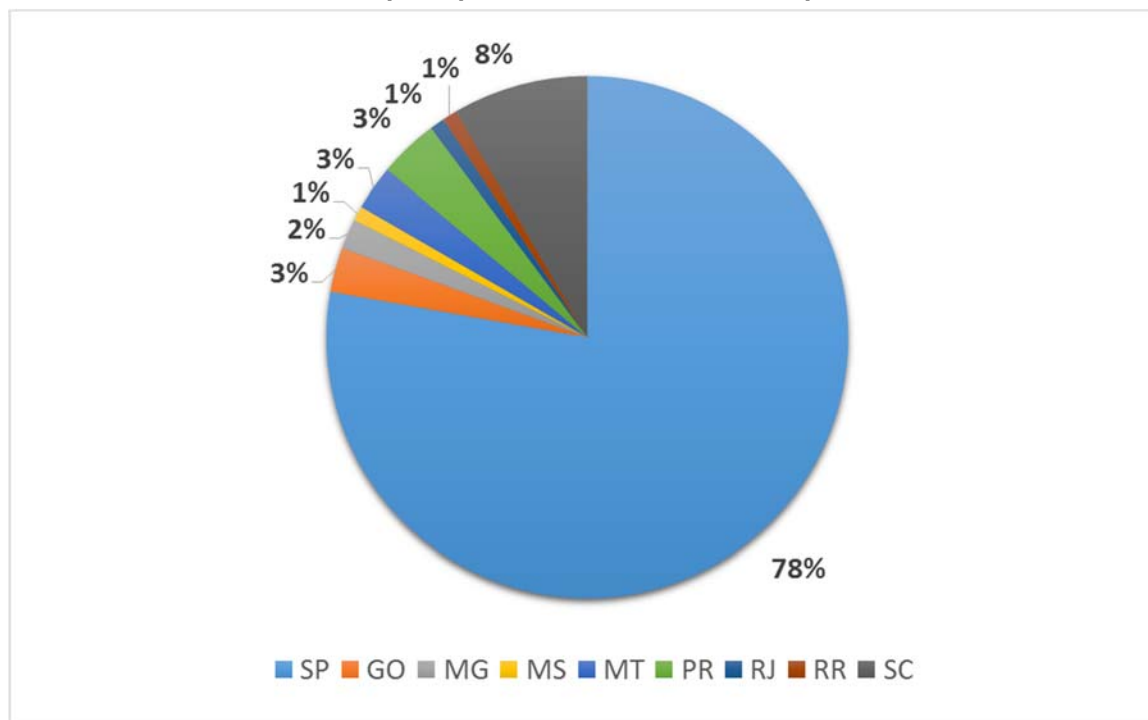
Fonte: Elaboração própria, com base em FNDE (2015).

\*Os valores foram atualizados por meio da Calculadora do Cidadão, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s/d). Utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois é considerado o índice oficial de inflação do país (BRASIL, s/d).

É importante destacar que a queda no montante de recursos não significa, necessariamente, uma diminuição da participação da Somos no programa, pois a quantidade de livros vendidos varia anualmente, em virtude do ciclo trienal de aquisição dos livros didáticos, por etapa de escolaridade (vide Quadro 1).

Em 2011, o FNDE estabeleceu regulamento segundo o qual são atendidas somente as redes de ensino que tenham aderido formalmente ao programa, mediante assinatura de termo de adesão (FNDE, 2016b). Segundo Sônia Schwartz, coordenadora do PNLD, a decisão foi tomada para evitar o desperdício, já que muitos municípios adotavam outro sistema e não comunicavam o FNDE (CIEGLINSKI, 2009).

Dos 5.568 municípios brasileiros, 5.459 aderiram ao PNLD (98%). Dentre os 2% que não aderiram ou tiveram adesão incompleta, o estado de São Paulo se destaca, como mostra o gráfico a seguir (Gráfico 3):

**Gráfico 3 – Municípios que não aderiram ao PNLD, por Estado, 2015**

Fonte: Elaboração própria com base em FNDE (2016a).

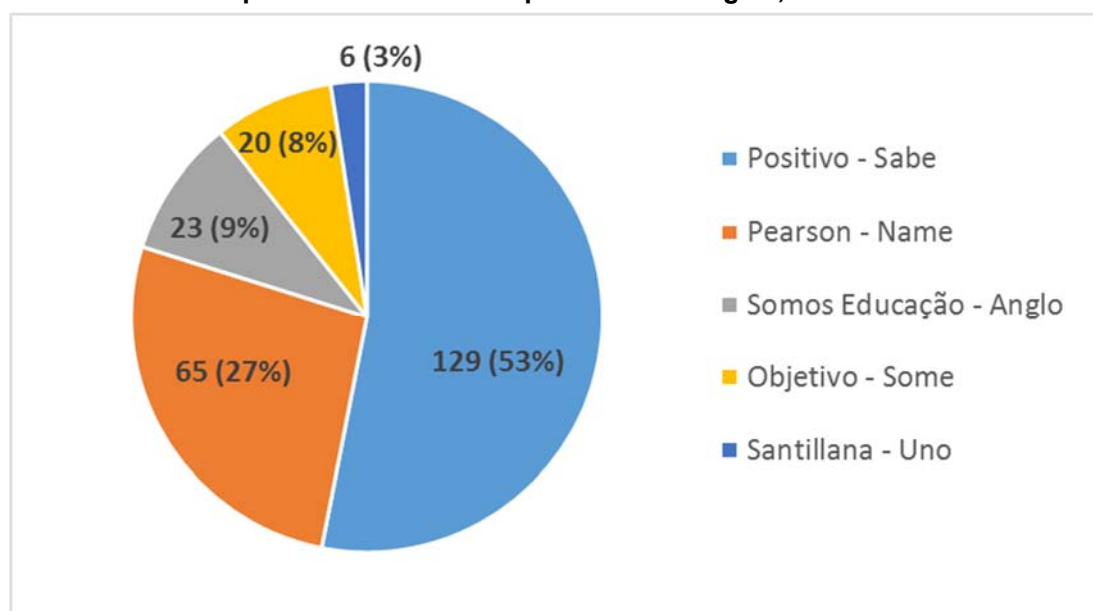
Acredita-se que o destaque do estado de São Paulo para a não adesão ao PNLD esteja associado à adoção de Sistemas Privados de Ensino. Pesquisas coordenadas por Adrião (2009a; 2011; 2012) indicaram uma tendência crescente nos municípios paulistas, sobretudo naqueles com até 50 mil habitantes, a realizar parcerias com instituições privadas para adoção de Sistemas.

De acordo com mapeamento<sup>12</sup> realizado durante pesquisa coordenada por Adrião (2015, p. 68-70), em 2013 foram identificadas nove empresas diferentes, com materiais similares, que ofertavam Sistemas. Dentre essas, destacaram-se: Positivo, Objetivo, Pearson, Somos Educação e Santillana. Considerando esses cinco grupos, 243 municípios utilizavam Sistemas. O Gráfico 4 permite visualizar a participação dos grupos nessa política:

<sup>12</sup> A pesquisa utilizou diferentes estratégias para mapear a adoção de Sistemas Privados de Ensino nos municípios brasileiros: consulta às cinco empresas destacadas, fornecedoras de Sistemas; consulta aos Tribunais de Conta dos Estados, aplicação de questionário *online*, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), aplicação presencial do questionário disponibilizado *online*, durante o 6º Fórum Nacional Extraordinário da Undime, ocorrido em Florianópolis/SC, em maio de 2014. Apesar dos esforços, não foi possível obter a totalidade das informações. Isso demonstra a grande dificuldade no acesso aos gastos públicos fiscais, mesmo com a existência da Lei de Acesso à informação, que vigora desde 2011 (ADRIÃO, 2015, p. 69-70).



**Gráfico 4 – Participação dos Grupos Empresariais na Oferta de Sistemas Privados de Ensino, por Número de Municípios e Porcentagem, 2013<sup>13</sup>**



Fonte: Elaboração própria com base em Adrião (2015, p. 70).

As características da maioria dos grupos empresariais apresentados no Gráfico 4 são semelhantes às apontadas no gráfico 1: grandes grupos e capital aberto. Aqui destacamos a Pearson, empresa britânica que adquiriu parte do Colégio Oswaldo Cruz (COC), em 2011 (PEARSON, 2014).

A Somos Educação também vem se inserindo na tendência de oferta de sistemas privados de ensino para as redes pública e privada. Durante o período de 2010 a 2015 a companhia ofertou dez sistemas de ensino: Sistema Anglo de Ensino, Sistema de Ensino pH, Sistema de Ensino Motivo, Sistema Maxi de Ensino, Sistema de Ensino SER, Sistema GEO de Ensino, Sistema ETB de Ensino Técnico, Sistema de Ensino Farias Brito, Ético Sistema de Ensino, Agora Sistema de Ensino (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2015).

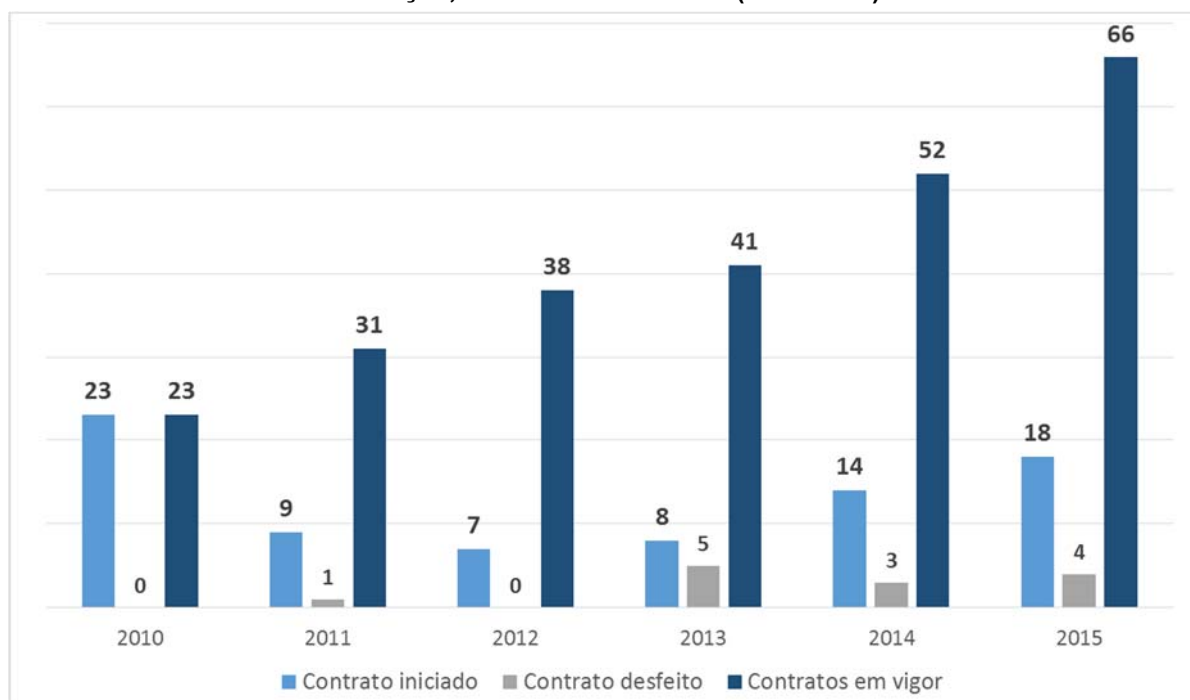
As justificativas da empresa para a atuação nessa política estão expressas no trecho que se segue:

O Brasil apresenta crescente tendência pela adoção de Sistemas de Ensino em escolas privadas e públicas buscando ensino de qualidade comprovada e associação a marcas reconhecidas. *Esse mercado possui alto potencial de crescimento* em função (i) do mercado ainda pouco explorado de escolas públicas; (ii) do crescente número de escolas privadas no País onde Sistemas de Ensino são mais adotados; e (iii) de representar *solução eficiente para oferta de qualidade em um mercado com poucos professores bem formados e raros professores com dedicação exclusiva* (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014c, grifo nosso).

<sup>13</sup> A pesquisa considerou apenas os seguintes Sistemas Privados de Ensino: Sistema Aprende Brasil (SABE) - Positivo, Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino (NAME) – Pearson, Anglo – Somos Educação, Sistema Objetivo Municipal de Ensino (SOME) – Objetivo e Uno – Santillana (ADRIÃO, 2015, p. 70).

O gráfico 5 permite visualizar o número de municípios que iniciaram contrato com a Abril/Somos Educação, os contratos desfeitos e o número total de municípios com contratos em vigor, no período de 2010 a 2015, no estado de São Paulo:

**Gráfico 5 – Número de Municípios que Adotaram Sistemas Privados de Ensino da Somos Educação, Estado de São Paulo (2010-2015)\***



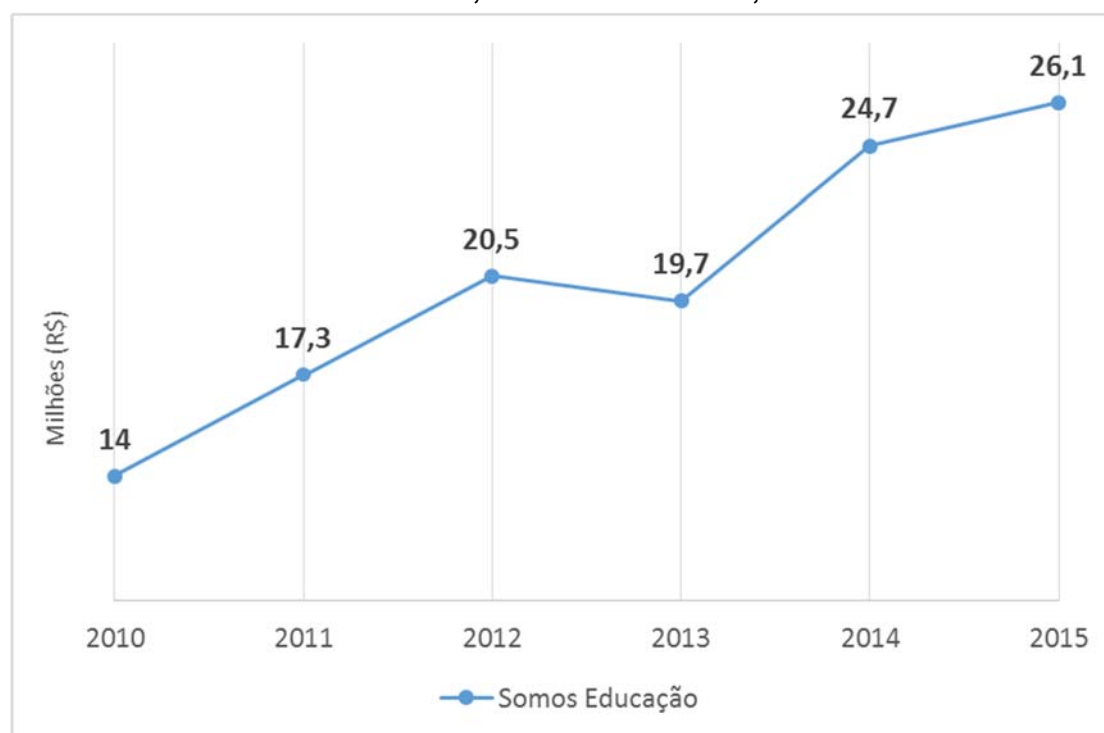
Fonte: Elaboração própria com base em Tribunal de Contas do estado de São Paulo, 2010-2015.

\* No estado de São Paulo somente os sistemas SER, Anglo e Maxi foram encontrados.

Os dados foram obtidos no Tribunal de Contas do estado de São Paulo, por meio de consulta do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do fornecedor, para averiguar os municípios paulistas que adotam ou adotaram Sistemas Privados de Ensino da Abril/Somos Educação. Vale ressaltar que cada sistema possui CNPJ específico.

No que se refere ao montante de recursos públicos repassados à Somos para adoção de seus Sistemas, no estado de São Paulo, apresenta-se o Gráfico 6:

**Gráfico 6 – Montante de Recursos Adquiridos pela Somos Educação na Venda de Sistemas Privados de Ensino, Estado de São Paulo, 2010-2015\***



Fonte: Elaboração própria com base em Tribunal de Contas do estado de São Paulo, 2010-2015.

\*Os valores foram atualizados por meio da Calculadora do Cidadão, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s/d). Utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois é considerado o índice oficial de inflação do país (BRASIL, s/d).

## Considerações

A análise dos dados apresentados demonstra o grande interesse do capital privado na área educacional no que se refere ao subsídio de recursos públicos para a esfera privada, uma vez que a aquisição de livros didáticos e/ou de Sistemas Privados de Ensino é realizada pelo governo federal e municipal, respectivamente. Nesse sentido, concordamos com Adrião (2009b), quando esta afirma:

A lógica de expansão do capital para este segmento parece ancorar-se em duas grandes condições [...]: a primeira refere-se ao entendimento da educação como um serviço que pode e deve ser comercializável como qualquer mercadoria, para o que as orientações da OCDE são um estímulo adicional em um mercado globalizado (OLIVEIRA, 2009; SGUISSARDI, 2008 apud ADRIÃO, 2009b, p. 58). Contra isto a ausência de regulação pelo governo brasileiro é um limite evidente. No entanto, se tal tendência se limitasse à disputa pelo mercado educacional privado poderíamos entender, ainda que não aceitar, dado ser a educação um valor e um direito. O que agrava ainda mais a situação é que são as redes públicas de educação básica os grandes mercados a serem disputados, dada inclusive a evidente estagnação das matrículas nas instituições privadas de educação básica observada desde meados dos anos 90 (OLIVEIRA; CAMARGO; MANZANO, 1998 apud ADRIÃO, 2009b, p. 58).

Os gráficos apresentam a atuação significativa dos grandes grupos empresariais tanto no PNLD quanto na oferta de Sistemas Privados de Ensino. Sabemos que as políticas possuem divergências, como já apontado em pesquisas coordenadas por Adrião (2009a;

2011; 2012)<sup>14</sup>, entretanto, o movimento de concentração e de vinculação ao capital financeiro dos grupos empresariais, bem como os interesses do grande capital, nos parecem bastante semelhantes. Importante destacar que a Somos Educação e a Santillana atuam em ambas as políticas, reforçando o movimento de concentração e centralização no âmbito educacional.

Em estudo divulgado pelo Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal<sup>15</sup>, Britto (2011, p. 17), consultora legislativa da área de Educação à época, sugeriu a inclusão dos Sistemas Privados de Ensino nos Guias do Livro Didático. Adrião (2009a) já sinalizava a tendência, ainda que não verificada, de ampliação da atuação das empresas fornecedoras de Sistemas junto à educação pública na medida em que conseguissem integrar o PNLD.

No caso da Somos Educação, matéria divulgada pelo *Valor Econômico*, em setembro de 2011, comprova o grande interesse da empresa na educação básica. Manoel Amorim, presidente à época, declarou que o grupo não tem interesse em faculdades e que seu foco é na educação básica, pois acredita que “[...] uma boa formação é a base para o aluno ingressar em uma universidade ou em um curso profissionalizante” (KOIKE, 2014).

No ano seguinte, em entrevista veiculada pela *Revista da Nova Bolsa*, Amorim afirmou: “Temos a missão de ser a maior provedora de conteúdo pedagógico do Brasil, acompanhando a criança durante toda a sua vida escolar, além de sermos, desde 2010, líderes no mercado de livros didáticos” (CARNIER, 2012, p. 10).

Há que se ressaltar ainda as consequências derivadas desse movimento do capital no interior das unidades escolares. Destacamos a influência dos grupos empresariais fornecedores de materiais didáticos no conhecimento que chega às escolas, já que “[...] são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo” (APPLE, 1995, p. 81) e também que “[...] é comum dizer-se que o currículo do ensino [...] é determinado pelo livro didático, não o contrário” (CUNHA, 2011, p. 596).

Apple (1989) alerta para a não neutralidade do currículo: os conteúdos são selecionados por alguém ou por um grupo que possui determinada visão sobre o que seria o saber legítimo, e tal seleção se produz num contexto de conflitos e tensões. Nesse sentido, os grupos empresariais fornecedores de livros didáticos e de Sistemas exercem um papel determinante nos conhecimentos que chegam às salas de aula.

É importante lembrar que organismos internacionais como o Banco Mundial defendem o livro didático como estratégia para melhorar a qualidade do ensino para os países “em desenvolvimento”:

Livros didáticos e materiais de leitura são a chave para obter resultados pedagógicos em todos os níveis da educação e formação/treinamento, que, por sua vez, são

<sup>14</sup> Como principais diferenças entre o PNLD e a adoção de Sistemas Privados de Ensino, destacamos: 1) as instituições escolares não são obrigadas a seguir o passo a passo dos livros didáticos do PNLD, mas o são com os Sistemas; 2) os livros didáticos passam por avaliação realizada pelo MEC, o que não acontece com os materiais fornecidos pelos Sistemas; 3) a escolha dos Sistemas não necessariamente precisa passar pelos professores e instituições escolares, isto é, podem ser eleitos somente pelas gestões municipais, já o PNLD tem como foco a escolha pelos profissionais das escolas.

<sup>15</sup> O Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal foi criado pelo Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2007, e tem por objetivo aprofundar o entendimento de temas relevantes para a ação parlamentar (BRITTO, 2011, p. 2).

necessários para desenvolver recursos humanos para o desenvolvimento econômico e para a redução da pobreza (THE WORLD BANK, 2003, p. 1, tradução nossa<sup>16</sup>).

Ainda para o Banco Mundial, esses livros didáticos funcionam como compensação para os baixos níveis de formação dos professores:

O livro didático é limitado, já que não é o currículo completo. Entretanto, em países onde os professores não são bem formados/treinados e onde não há outros materiais de aprendizagem nas escolas, *o livro didático torna-se, efetivamente, o currículo* (THE WORLD BANK, 2003, p. 3, tradução nossa, grifo nosso<sup>17</sup>).

Analizando os impactos de práticas curriculares que tendem a padronizar o ensino e, conseqüentemente, o trabalho pedagógico, Hypolito parecia antecipar a tendência que se tornaria mais clara nos anos 1990 e 2000, com a adoção dos Sistemas Privados de Ensino:

[...] um 'pacote' pedagógico é um fator fundamental na desqualificação do trabalho, no domínio do controle sobre o trabalho e na expropriação do saber do educador. [...] Muitos professores, incentivados pelo sistema, seguem linearmente os livros didáticos. Essa é uma das formas do capital exercer o domínio sobre o conteúdo e a forma da educação (HYPOLITO, 1991, p. 17).

Essa tendência é hoje confirmada pelo mesmo autor, quando afirma que se requisita um professor que colabore “[...] para a efetiva realização dos padrões estandarizados de um currículo necessário para a reestruturação econômica do capitalismo no contexto de globalização” (HYPOLITO, 2010, p. 1346).

As fronteiras entre o público e o privado, neste contexto, tornam-se cada vez mais imperceptíveis. O financiamento das políticas aqui destacadas (compra de livros didáticos e de Sistemas Privados de Ensino) propicia ao capital privado apropriar-se de parcelas do fundo público que são estratégicas na garantia de sua rentabilidade, o que torna mais complexo o processo de privatização. A rigor, poder-se-ia afirmar que o Estado financia direta e indiretamente o lucro capitalista.

## Referências

ABRIL EDUCAÇÃO S.A. **A Abril Educação**. 2014a. Disponível em: <[http://www.abrileducacao.com.br/a\\_abril\\_educacao.html](http://www.abrileducacao.com.br/a_abril_educacao.html)>. Acesso em: 30 jun. 2014.

ABRIL EDUCAÇÃO S.A. **Empresas do Grupo**. 2014b. Disponível em: <[http://www.abrileducacao.com.br/empresas\\_do\\_grupo.html](http://www.abrileducacao.com.br/empresas_do_grupo.html)>. Acesso em: 30 jun. 2014.

ABRIL EDUCAÇÃO S.A. **Mercado de Atuação**. 2014c. Disponível em: <[ri.abrileducacao.com.br/pt-br/companhia/Paginas/mercado.aspx](http://www.abrileducacao.com.br/pt-br/companhia/Paginas/mercado.aspx)>. Acesso em: 30 jun. 2014.

ABRIL EDUCAÇÃO S.A. **Sistemas de Ensino**. 2014d. Disponível em: <[www.abrileducacao.com.br/sistemas.html](http://www.abrileducacao.com.br/sistemas.html)>. Acesso em: 11 fev. 2015.

<sup>16</sup> Trecho original: 'Textbooks and reading materials are key in service achieving pedagogical outcomes at all levels of education and training, which are in turn necessary for developing human resources for economic development and poverty reduction'.

<sup>17</sup> Trecho original: 'The textbook is limited in that it is not the full curriculum. However, in countries where teachers are not well trained and where no other learning materials are in school, the textbook effectively becomes the curriculum'.

ABRIL Educacao SA announces acquisition of Saraiva Educacao Ltda. Reuters, Online, 18 jun. 2015a. Disponível em: <<http://www.reuters.com/finance/stocks/SEDU3.SA/key-developments/article/3232174>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

ABRIL Educacao SA changes name to SOMOS Educacao SA. Reuters, Online, 23 jul. 2015b. Disponível em: <<http://www.reuters.com/finance/stocks/SEDU3.SA/key-developments/article/3250955>>. Acesso: 26 jan. 2016.

AÇÕES de Kroton e Anhanguera disparam na bolsa após acordo de fusão. UOL, São Paulo, 22 abr. 2013. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2013/04/22/acoes-de-kroton-e-anhanguera-disparam-na-bolsa-apos-acordo-de-fusao.htm?tipo=2>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ADRIÃO, Theresa (Coord.). **Estratégias Municipais para a Oferta da Educação Básica**: uma análise das parcerias público-privado no estado de São Paulo. 2009. 366 f. (Relatório de Pesquisa) – Instituto de Biociências da Unesp, Rio Claro. 2009a.

ADRIÃO, Theresa. Indicações e Reflexões sobre as Relações entre Esferas Públicas e Privadas para a Oferta Educacional no Brasil. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 48-64, 2009b.

ADRIÃO, Theresa (Coord.). **Sistemas Apostilados de Ensino e Municípios Paulistas**: o avanço do setor privado sobre a política educacional local. 2011. 109 f. (Relatório de Pesquisa) – Unicamp, Campinas. 2011.

ADRIÃO, Theresa (Coord.). **Sistemas Apostilados de Ensino e Municípios Paulistas**: o avanço do setor privado sobre a política educacional local – fase 2. 2012. 86 f. (Relatório de Pesquisa) – Unicamp, Campinas. 2012.

ADRIÃO, Theresa (Coord.). **Sistemas de Ensino Privados na Educação Pública Brasileira**: consequências da mercantilização para o direito à educação. 2015. 114 f. (Relatório de Pesquisa) – Ação Educativa, Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional. 2015.

ADRIÃO, Theresa et al. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 533-549, abr./jun. 2012.

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. Sistema Apostilado de Ensino. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga (Org.). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG, 2010. CD ROM.

ANTUNES, Ricardo. Introdução: a substância da crise. In: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 9-16.

APPLE, Michael. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

APPLE, Michael. **Trabalho Docente e Textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BALL, Stephen; YOUDELL, Deborah. Hidden Privatisation in Public Education. In: EDUCATION INTERNATIONAL – 5TH WORLD CONGRESS, jul. 2007, Berlim. **Anais...** Berlim: 2007. p. 1-63.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do Cidadão**, s/d. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Acesso em: 23 maio 2016.



BELFIELD, Clive; LEVIN, Henry. **Education Privatization: causes, consequences and planning implications**. Paris: Unesco, 2002.

BRASIL. Decreto nº 91.542 de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 ago. 1985.

BRASIL. **Portal Brasileiro de Dados Abertos**: índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), s/d. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio-ipca>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

BRITTO, Tatiana Feitosa de. O Livro Didático, o Mercado Editorial e os Sistemas de Ensino Apostilados. **Textos para Discussão**, Brasília, n. 92, p. 1-19, jun. 2011. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-92-o-livro-didatico-o-mercado-editorial-e-os-sistemas-de-ensino-apostilados/view>>. Acesso em: 10 maio 2014.

CARNIER, Theo. Estar em Bolsa Ajuda a Reforçar o Otimismo. **Revista da Nova Bolsa**, São Paulo, n. 13, p. 6-11, 2012. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Revista/Edicoes/revista-nova-bolsa-13.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2014.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O Mercado do Livro Didático no Brasil**: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 2007. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007.

CHESNAIS, François (Org.). **A Mundialização Financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1999.

CHESNAIS, François. Capitalismo de Fim de Século. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Globalização e Socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

CIEGLINSKI, Amanda. Regras para escolas receberem livros didáticos mudam a partir do próximo ano. **Agência Brasil**, Brasília, 12 dez. 2009. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2009-12-12/regras-para-escolas-receberem-livros-didaticos-mudam-partir-do-proximo-ano>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. Contribuição para a Análise das Interferências Mercadológicas nos Currículos Escolares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 585-607, set./dez. 2011.

DALE, Roger. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 2, p. 109-139, 1994.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **The Crisis of the Early 21st Century**: a critical review of alternative interpretations. 2011. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

FOSTER, John Bellamy. Financeirização do Capital e a Crise. **Outubro**, Campinas, n. 18, p. 8-41, jan./jun. 2009.

FOSTER, John Bellamy. The Financialization of Capitalism. **Monthly Review**, v. 58, n. 11, p. 1-12, abr. 2007.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Apresentação**. 2014a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Consulta aos Termos Entregues**. 2016a. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/simad/consultaTermosEntregues.do>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Dados Estatísticos**. 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>. Acesso em: 26 jan. 2015

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Funcionamento**. 2014b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-funcionamento>>. Acesso em 10 abr. 2014.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Histórico**. 2014c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Termo de Adesão**. 2016b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-termo-de-adesao>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

GRUPO PRISA. **Santillana**. Disponível em: <<http://www.gruposantillana.com.br/>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas curriculares, Estado e regulação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out./dez. 2010.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Processo de Trabalho na Escola: algumas categorias para análise. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 3-21, 1991.

IANNI, Otávio. A Dialética da Globalização. In: IANNI, Otávio. **Teorias da Globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 135-162.

IBISWORLD. **About IBISWorld**: 1999-2016. Disponível em: <<http://www.ibisworld.com/>>. Acesso em: 14 dez. 2015a.

IBISWORLD. **IBISWorld Industry Report**: global book publishing. Los Angeles; New York; Melbourne; London; Beijing: IBISWorld, 2015b.

KLEES, Steven; SAMOFF, Joel; STROMQUIST, Nelly (Org.). **The World Bank and Education**: critiques and alternatives. Rotterdam; Boston; Taipei: SensePublishers, 2012.

KOIKE, Beth. Abril Educação vai investir em apostilas. **Valor Econômico**, São Paulo, 5 set. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/997804/abril-educacao-vai-investir-em-apostilas>>. Acesso em: 14 maio 2014.

LAPAVITSAS, Costas. Financialised Capitalism: crisis and financial expropriation. **Historical Materialism**, Leiden, n. 17, p. 114–148, 2009.

MACEWAN, Arthur. **Neo-liberalism or Democracy?:** economic strategy, markets, and alternatives for the 21st century. New York: Zed, 1999.

MACEWAN, Arthur; MILLER, John. **Economic Collapse, Economic Change:** getting to the roots of the crisis. New York: M. E. Sharpe, 2011.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A Transformação da Educação em Mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PEARSON. **Produtos e Serviços.** Disponível em: <<http://portal.pearson.com.br/portal/pearson/educacao-basica/produtos-e-servicos/>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

PINHEIRO, Daniele Cabral de Freitas. **Educação sob Controle do Capital Financeiro:** o caso do Programa Nacional do Livro Didático. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A Origem das Parcerias Público-Privada na Governança Global da Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012.

SARAIVA. **Histórico.** Disponível em: <[http://www.saraivari.com.br/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=496800](http://www.saraivari.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=496800)>. Acesso em: 09 abr. 2014.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, v. 29/105, p. 991-1022, 2008.

SHAIKH, Anwar. La Primera Gran Depresión del Siglo XXI. **Sinpermiso**, n. 9, jul. 2011.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A Nova Lei de Educação Superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil, ou continuidade da privatização e mercantilização do público? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 5-27, maio/ago. 2005.

SOMOS EDUCAÇÃO S.A. **Quem Somos.** 2015. Disponível em: <<http://www.somoseducacao.com.br/pt/somos-educacao/quem-somos/>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

THE WORLD BANK. **Operational Guidelines for Textbooks and Reading Materials.** Washington: Education Sector, 2003.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Despesas por Fornecedor:** 2010-2015. Disponível em: <[http://www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br/despesa\\_fornecedor](http://www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br/despesa_fornecedor)>. Acesso em: 23 maio 2016.

**Luciana Sardenha Galzerano** é licenciada em Pedagogia pela Unicamp. Atualmente cursa o Mestrado em Educação na área de concentração Políticas, Administração e Sistemas Educacionais na Unicamp, com financiamento da Fapesp.

E-mail: [lucianasgalzerano@gmail.com](mailto:lucianasgalzerano@gmail.com)

*Recebido em 06 de setembro de 2016*

*Aprovado em 05 de dezembro de 2016*

## Editores do volume 6

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil  
 Nalú Farenzena – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil

## Comitê Editorial

José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, Brasil  
 Juca Gil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil  
 Theresa Adrião – Universidade Estadual de Campinas, Brasil  
 Ângelo Ricardo de Souza – Universidade Federal do Paraná, Brasil  
 Márcia Aparecida Jacomini – Universidade Federal de São Paulo, Brasil

## Conselho Editorial

<b>Alejandro Morduchowicz</b> Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina	<b>Maria Dilnéia Espíndola Fernandes</b> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
<b>Fernanda Saforcada</b> Universidade de Buenos Aires, Argentina	<b>Nalú Farenzena</b> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
<b>Jacques Velloso</b> Universidade de Brasília, Brasil	<b>Nelson Cardoso do Amaral</b> Universidade Federal de Goiás, Brasil
<b>João Monlevade</b> Senado Federal, Brasil	<b>Nicholas Davies</b> Universidade Federal Fluminense, Brasil
<b>Jorge Abrahão de Castro</b> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil	<b>Rosana Evangelista Cruz</b> Universidade Federal do Piauí, Brasil
<b>Juca Gil</b> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	<b>Rosana Gemaque</b> Universidade Federal do Pará, Brasil
<b>Lisete Regina Gomes Arelaro</b> Universidade de São Paulo, Brasil	<b>Robert E. Verhine</b> Universidade Federal da Bahia, Brasil
<b>Luis Carlos Sales</b> Universidade Federal do Piauí, Brasil	<b>Romualdo Portela de Oliveira</b> Universidade de São Paulo, Brasil
<b>Luiz de Sousa Junior</b> Universidade Federal da Paraíba, Brasil	<b>Theresa Adrião</b> Universidade Estadual de Campinas, Brasil
<b>Luiz Fernandes Dourado</b> Universidade Federal de Goiás, Brasil	<b>Tristan McCowan</b> University of London, Reino Unido
<b>Magna França</b> Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil	<b>Vera Jacob</b> Universidade Federal do Pará, Brasil
<b>Maria Beatriz Luce</b> Universidade Federal do Pampa, Brasil Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil	<b>Vera Peroni</b> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
<b>Marcos Edgar Bassi</b> Universidade Federal do Paraná, Brasil	<b>Vitor Henrique Paro</b> Universidade de São Paulo, Brasil

## Equipe editorial

Projeto gráfico: Tiago Tavares  
 Diagramação, Revisão de português e normalização: Edson Leonel de Oliveira  
 Revisão de inglês: Ananyr Porto Fajardo

**Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Faculdade de Educação

Av. Paulo Gama, s/n | sala 1004 | CEP: 90046-900 | Porto Alegre/RS

Telefone/Fax: (55) 51 3308-3103 | e-mail: revista.fineduca@gmail.com | site: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>